

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 12/2013**

Período: 20/04/2013 – 26/04/2013

GEDES – Brasil

- 1- Marinha auxilia nas buscas por sobreviventes de naufrágio no Pará
- 2- Marinha é parte do programa Porto 24 horas
- 3- Membro da Comissão Nacional da Verdade discute importância do Relatório Figueiredo
- 4- Ministros utilizam jatinhos da FAB
- 5- Embraer finaliza negociações com empresa fabricante de helicópteros
- 6- Brasil cria secretaria que visa coordenar ações de segurança durante grandes eventos
- 7- Comissão Nacional da Verdade busca, na Argentina, informações sobre brasileiros desaparecidos
- 8- Membros da Comissão Nacional da Verdade podem solicitar prorrogação do prazo de entrega do relatório final
- 9- Jornal publica relato de vítima do regime militar
- 10- Periódico destaca isolamento de militares
- 11- Ex-preso político revela em autobiografia sua trajetória durante o regime militar
- 12- Preocupações do Brasil com segurança cibernética aumentam com a proximidade de eventos internacionais
- 13- Militares serão empregados em esquema de segurança da Jornada Mundial da Juventude
- 14- Reportagens do Correio são utilizadas em documentário sobre Operação Condor
- 15- General brasileiro comandará missão de paz da ONU na República Democrática do Congo
- 16- Lei que permite alterar nomes de autoridades do regime militar de ruas é sancionada em São Paulo
- 17- Ex-agente acusa Folha de ter colaborado com a repressão
- 18- Desaparecido político terá sua ficha de dispensa retificada

1- Marinha auxilia nas buscas por sobreviventes de naufrágio no Pará

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Marinha enviou quatro médicos, quatro enfermeiros, medicamentos, material de apoio, quatro mergulhadores, duas lanchas e quatro barcos para auxiliar nas buscas por corpos das vítimas do naufrágio da embarcação Leão do Norte, que carregava 65 pessoas e, segundo o jornal, pelo menos 13 faleceram no acidente. O evento ocorreu no dia 18/04/13, na Ilha de Marajó, localizada no estado do Pará. O *Correio* destacou que, de acordo com a Marinha, o Leão do Norte “acumulava 12 falhas em relação à segurança e à navegabilidade”, além do piloto estar cadastrado como marinheiro fluvial auxiliar de máquinas e não possuir habilitação para conduzir embarcações. Após o socorro de 50 sobreviventes, a Delegacia Fluvial da Marinha afirmou não existirem mais desaparecidos. A Força ainda destacou que um inquérito foi instaurado para “apurar as causas do acidente e

punir eventuais culpados” (Correio Braziliense – 20/04/13; Correio Braziliense – 21/04/13)

2- Marinha é parte do programa Porto 24 horas

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Marinha foi mobilizada para ser um dos componentes do programa Porto 24 horas, que envolve a Casa Civil, a Polícia Federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além dos Ministérios do Planejamento, Agricultura e Desenvolvimento. O programa, anunciado no dia 19/04/13 pela Secretaria Especial de Portos, visa “desburocratizar e dar mais eficiência ao sistema portuário para aumentar a competitividade do país”. (Correio Braziliense – Economia – 20/04/13)

3- Membro da Comissão Nacional da Verdade discute importância do Relatório Figueiredo

De acordo com o jornal *Correio Braziliense* e conforme relatado no Informe Brasil nº 11/2013, foi encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, o Relatório Figueiredo (1967-1968), uma investigação realizada pelo procurador Jader Figueiredo Correia e sua equipe, a pedido do então ministro do Interior, Albuquerque Lima, que resultou numa expedição que percorreu mais de 16 mil quilômetros, entrevistou dezenas de agentes do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e visitou mais de 130 postos indígenas. Para a coordenadora do núcleo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) responsável pela investigação de violações de direitos humanos relacionados à luta pela terra, Maria Rita Kehl, este documento pode ser um divisor de águas nas políticas indigenistas no Brasil. De acordo com Kehl, é importante esclarecer as violações de direitos humanos sofridas por índios e camponeses durante o regime militar (1964-1985), pois “muita gente ainda acha que quem foi morto ou torturado pelo regime era terrorista. Isso é uma coisa que os militares espalharam. E não é verdade. Muita gente foi morta em nome de um projeto”. Entretanto, ao comentar sobre o tema, Kehl afirmou que a função da CNV é procurar casos exemplares, o que foi duramente rebatido por Marcelo Zelic, vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, colaborador da CNV e responsável pela descoberta do Relatório Figueiredo, o qual afirmou que “investigar casos exemplares não vai resolver. Imagine dizer isso para a família de um desaparecido político”. Ainda segundo o *Correio*, há junto destes documentos outro relatório, datado de 05/01/1963, com relatos de violações de direitos humanos praticadas contra indígenas, no sul do estado do Mato Grosso, por fazendeiros locais. A finalidade destes era tomar as terras que haviam sido doadas por D. Pedro II aos índios como gratidão pela participação decisiva que tiveram na Guerra do Paraguai (1864-1870). Além disso, os documentos identificam que na época em que o Relatório Figueiredo foi produzido, o coordenador do SPI era o major aviador Luis Vinhas Neves. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, índios xavantes foram no dia 23/04/13 à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, e entregaram um dossiê sobre as violações aos direitos humanos sofridas pela etnia. (Correio Braziliense – Política – 20/04/13; Correio Braziliense – Política – 21/04/13; Folha de S. Paulo – Poder – 24/04/13)

4- Ministros utilizam jatinhos da FAB

Segundo editorial publicado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o transporte de ministros por aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), que deveria ocorrer em casos “de segurança e emergência médica”, tem sido utilizado por motivos de menor prioridade como “viagens a serviço e deslocamentos para o local de residência permanente”. *O Estado* apontou que, em pouco mais de dois anos de governo da presidenta da República Dilma Rousseff, os ministros realizaram 5,8 mil viagens em aeronaves da FAB. De acordo com o periódico, Rousseff, em janeiro de 2011, “pediu a seus ministros que recorressem menos aos serviços da FAB e que usassem, sempre que possível, as companhias aéreas”, entretanto isso não surtiu efeito. *O Estado* apurou que ministros marcam compromissos irrelevantes às sextas e segundas-feiras nas cidades onde residem, para que possam utilizar dos jatinhos no fim de semana. De acordo com o jornal, para justificar este privilégio, o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, afirmou que as aeronaves necessitam voar determinadas horas, de modo que sua utilização pelos ministros colabora para a manutenção das mesmas. (*O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 20/02/13*).

5- Embraer finaliza negociações com empresa fabricante de helicópteros

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) finalizou as negociações com a fabricante de helicópteros Augusta Westland. O jornal afirmou que o acordo permitirá a produção de helicópteros no Brasil, visando abordar os mercados comercial, militar local e latino-americano. Ainda foi informado que, em janeiro de 2013, estudos das empresas mostravam o “grande potencial de mercado para helicópteros bimotores”. (*O Estado de S. Paulo – Economia – 20/04/13*)

6- Brasil cria secretaria que visa coordenar ações de segurança durante grandes eventos

Em sua coluna para o jornal *Folha de S. Paulo*, Edgar Alves levantou uma dúvida quanto à preparação do Brasil para garantir a segurança dos grandes eventos que sediará, tais quais Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016), em vista da ocorrência de explosões durante a Maratona de Boston, nos Estados Unidos da América, em abril de 2013. Alves considerou que demonstrações de força, como “sobrevoo de aviões e helicópteros e soldados e tanques enfeitando ruas” não constitui solução para os problemas de segurança, provocando, apenas, um sentimento de salvaguarda. E destacou que foi criada a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos (Sesge), que funciona no ambiente do Ministério da Justiça e objetiva “coordenar as ações que envolvem as forças de segurança das esferas federal, estadual e municipal”. A Sesge tem orçamento de R\$ 1,17 bilhão para operar nos três eventos, além dos investimentos das Forças Armadas, que chegam a R\$ 700 milhões. Outras medidas importantes são os intercâmbios de informações com diversos países, principalmente com aqueles que tiveram problemas de segurança durante grandes eventos. (*Folha de S. Paulo – Esportes – 20/04/13*)

7- Comissão Nacional da Verdade busca, na Argentina, informações sobre brasileiros desaparecidos

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) irá analisar o conteúdo de 66 caixas de documentos que, segundo *O Estado*, estão em posse do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, visando encontrar informações sobre 11 brasileiros que desapareceram durante o regime militar argentino (1976-1983) e seis argentinos que desapareceram no Brasil, entre 1974 e 1980. *O Estado* confirmou também a intenção da CNV de encontrar informações sobre a participação do regime militar brasileiro (1964-1985) na Operação Condor, que teve por objetivo perseguir opositores políticos dos regimes militares latino-americanos fora de suas respectivas fronteiras. Durante a viagem à Argentina, o coordenador da CNV, Paulo Sérgio Pinheiro, se encontrou, na cidade de Buenos Aires, com representantes de organizações de defesa dos direitos humanos que também investigam o paradeiro dos desaparecidos. Dentre os brasileiros desaparecidos, está Tenório Cerqueira Júnior, pianista do músico Vinícius de Moraes que, segundo o *Estado*, teria sido sequestrado por integrantes da Marinha seis dias antes do golpe militar que instalou o regime militar argentino. Integrantes da CNV ainda irão visitar o Paraguai, Chile, Uruguai e outros países em que se tem registro de casos de desaparecimento de brasileiros. (*Folha de S. Paulo – Poder – 20/04/13*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/04/13*)

8- Membros da Comissão Nacional da Verdade podem solicitar prorrogação do prazo de entrega do relatório final

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) poderá solicitar a prorrogação do prazo de entrega do relatório final à presidenta da República, Dilma Rousseff. O *Correio* afirmou que os resultados da Comissão são escassos, além de as apurações realizadas serem algo já conhecido, contribuindo somente para reforçar e oficializar as verdades sobre os casos investigados. O jornal ainda afirmou que, segundo o membro da CNV Claudio Fonteles, no segundo semestre de 2013 haverá novidades sobre a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), entretanto o déficit de informações continuará. O *Correio* ainda afirmou que se o prazo de atuação da CNV for prorrogado, esta poderá reajustar seu foco em três pontos: “Quantos e quais são os brasileiros desaparecidos”; “Quem, do outro lado, compunha a cadeia de comando do terror de Estado” e “Qual foi o papel do regime brasileiro na Operação Condor”, além de que, se a verdade não for revelada, “o Estado não poderá assumir sua responsabilidade e pedir desculpas públicas, como ocorreu em outros países que enfrentaram a questão”. O *Estado* destacou que, segundo o coordenador da Comissão, Paulo Sérgio Pinheiro, a CNV não solicitou formalmente o adiamento do prazo de entrega dos trabalhos, estipulado para maio de 2014, porém defendeu a prorrogação. (*Correio Braziliense – 23/04/13*; *O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/04/13*)

9- Jornal publica relato de vítima do regime militar

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou o depoimento de um cidadão chinês que veio para o Brasil quando tinha 1 ano e 11 meses de idade, naturalizou-se, estudou engenharia química na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, por conta de sua militância política em favor da democracia, durante o regime militar (1964-1985), teve seus documentos “apagados” pelo governo. Foi sequestrado e torturado por 60 dias no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e passou mais 60 dias no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Rio de Janeiro, no ano de 1971, sem nenhuma acusação formal. Em 1973 foi novamente sequestrado, seus documentos foram todos tomados e lhe foi dada uma carteira modelo 19, utilizada por estrangeiros. Os órgãos da repressão o caracterizaram como “chinês” e “apátrida” e tinham a intenção de expulsá-lo do país. Foi quando optou por morar nos Estados Unidos da América até que a Lei da Anistia (1979) possibilitou o retorno dos brasileiros ao país. Entretanto, sem os documentos da naturalização, conseguiu voltar ao Brasil definitivamente apenas em 2004, quando começou a reivindicar sua cidadania. Contatou então o ativista Jair Krischke e juntos iniciaram um processo através da Comissão da Anistia para reaver os documentos que haviam sido apagados. Em abril de 2012, a Comissão decretou que lhe deveriam ser concedidos todos os direitos de um brasileiro. Contudo, devido às dificuldades legais, demorou um ano para conseguir uma nova carteira de identidade. (Folha de S. Paulo – Poder – 21/04/13)

10- Periódico destaca isolamento de militares em ilha

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, militares da Marinha fazem turnos de 60 dias em uma região isolada denominada Ponta do Boi, localizada no extremo sul da cidade de Ilhabela, no litoral norte do estado de São Paulo. O acesso ao local é viável somente por meios aéreos, estando, somente, helicópteros da Marinha à disposição para o transporte. A principal tarefa dos militares é a de cuidar do gerador de energia elétrica que mantém o funcionamento do farol instalado na região desde 1952. A Marinha afirmou ao jornal que a Ponta do Boi poderia ser utilizada por turistas; no entanto, por se tratar de um ponto isolado, o primeiro-sargento Jorge Ramos da Hora, que trabalha no local desde 1990, relatou as dificuldades de se adaptar à ilha. Um jornalista da *Folha* visitou o lugar, onde encontrou um heliponto e duas casas, com todo tipo de utensílios básicos necessários, além de internet, telefone via rádio e televisão. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 21/04/13; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/04/13)

11- Ex-presos políticos revelam em autobiografia sua trajetória durante o regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista, professor, escritor e ex-presos políticos durante o regime militar (1964-1985) Cid de Queiroz Benjamin acabou de concluir sua autobiografia, intitulada ‘Gracias a la Vida’. No livro, Benjamin, que é também membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), relata sua trajetória durante o regime militar, quando chefiou a Frente de Trabalho Armado (FTA) do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Segundo o jornal, Benjamin, preso em 1970 e torturado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na cidade do Rio de Janeiro, afirma em seu livro que a prática de tortura não é exclusiva de “psicopatas sádicos e jovens militares extremistas da Guerra Fria”, mas também de cidadãos “normais” que tinham tal ato como sua “rotina” profissional. O autor declarou, porém, não querer humanizar o torturador, mas sim constatar que pessoas comuns são também capazes de torturar, o que torna o fato mais grave. De acordo com *O Estado*, Benjamin destacou, através de relatos no livro, a admiração dos militares pela coragem dos presos submetidos às torturas e lembrou que durante seu cárcere o “sistema de repressão” ainda não era totalmente profissionalizado e, por isso, desenvolviam-se relações pessoais entre torturadores e torturados. O jornalista é a favor da punição dos torturadores e revelou que só não anistiará quem o torturou por se tratar de uma questão política, e não pessoal. No livro, Benjamin avaliou que, pela impossibilidade de vitória, o caminho da luta armada foi um equívoco, apesar de admitir que o sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elbrick, do qual Benjamin participou, foi um “gol de placa”. (*O Estado de S. Paulo – Aliás – 21/04/13*)

12- Preocupações do Brasil com segurança cibernética aumentam com a proximidade de eventos internacionais

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, está aumentando, no Brasil, a preocupação com ameaças digitais. O Relatório de Ameaças à Segurança na Internet, divulgado pela Symantec, mostra que o país é o quarto mais visado pelos criminosos virtuais, e o número de ofensivas vem aumentando desde o ano de 2012. A preocupação se torna ainda maior em vista dos eventos esportivos internacionais que o país receberá nos próximos anos, como a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016). O estrategista em segurança para o Brasil da Symantec, André Carrareto, afirmou que “com certeza, haverá mais links com códigos maliciosos que usam os eventos como tema”. A advogada especialista em direito digital Patrícia Peck avaliou que o país ainda está em processo de amadurecimento da segurança pública digital. Nos últimos três anos, a necessidade de se proteger impulsionou investimentos na área e o setor deve receber cerca de R\$ 40 milhões do governo federal para a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo. Segundo o jornal, o setor responsável por coordenar as ações de proteção de sistemas críticos e sites oficiais é o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) do Exército, que atua em conjunto com outros órgãos nacionais. Para Peck, existe uma grande dificuldade em responder a um incidente durante grandes eventos, pois não há definição sobre quem deve responder por cada caso. “Digamos que seja postada no Facebook uma denúncia de bomba em um estádio, cabe a quem responder? Se for uma ameaça, a questão é de segurança, e é de responsabilidade do Ministério da Defesa. Caso seja um crime, aí a polícia deve entrar em jogo.” Durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, o CDCiber será responsável por observar sites e sistemas ligados ao evento, com a preocupação imediata de dois tipos de ataque: a desfiguração de páginas oficiais e a negação de serviço. O comandante do destacamento do Distrito Federal do CDCiber, o coronel José Ricardo Souza Camelo, apontou que “o primeiro [desfiguração de páginas oficiais] resulta em prejuízo na página

da instituição, e isso é crítico para o país. Já o segundo [negação de serviço], apesar de não ser sofisticado, é eficaz. Sofremos com ele na Rio+20 e observamos que em outros eventos internacionais se tentou fazer isso”. Para combater ameaças persistentes avançadas que, segundo o especialista em segurança Rodrigo Herdy, tem crescido exponencialmente no Brasil, foi desenvolvido o FireEye que encontra o código malicioso no sistema antes que ele possa obter qualquer informação sigilosa. (Correio Braziliense – 23/04/13)

13- Militares serão empregados em esquema de segurança da Jornada Mundial da Juventude

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, aproximadamente 8,5 mil integrantes das Forças Armadas – sendo 7 mil do Exército e 1,5 mil da Marinha – irão garantir a segurança durante a Jornada Mundial da Juventude, que será realizada de 23 a 28 de julho na cidade do Rio de Janeiro. Com o objetivo de evitar incidentes que prejudiquem o andamento do evento e levem pânico à população, militares da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada do Exército irão ocupar instalações consideradas estratégicas, como as usinas nucleares de Angra dos Reis, a termelétrica de Santa Cruz, a Refinaria de Duque de Caxias, a Estação de Tratamento de Água do Guandu e a Estação do Lameirão. Nos dias 27 e 28 de julho, quando serão realizadas a vigília e a missa de encerramento em Guaratiba, com a presença do papa Francisco, será decretada Garantia da Lei e da Ordem (GOL), que garante às Forças Armadas a responsabilidade constitucional pela segurança pública. As Forças serão responsáveis pelo terreno em Guaratiba e pelas instalações estratégicas, e “nos outros locais da cidade e no restante dos dias da Jornada, o patrulhamento será de responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos, do Ministério da Justiça”, afirmou o general de Divisão José Alberto da Costa Abreu, coordenador do Centro de Defesa de Área e Segurança do Exército. Segundo o *Estado*, o prédio do Comando Militar do Leste abrigará o Centro de Coordenação Tático Integrado, o Centro de Defesa de Área e o Centro de Defesa Cibernética, que tem como objetivo evitar ataques de hackers a sites e a sistemas de energia elétrica, telefonia e internet. (O Estado de S. Paulo – Metrópole - 24/04/13)

14- Reportagens do Correio são utilizadas em documentário sobre Operação Condor

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, uma série de reportagens publicada pelo jornal sobre a criação de um serviço secreto dentro do Ministério de Relações Exteriores durante o regime militar (1964-1985) será um dos temas do documentário “Rede Condor”, exibido em abril de 2013 no canal Discovery Channel. As reportagens, do jornalista Cláudio Dantas Sequeira, revelaram que, entre 1966 e 1985, diplomatas foram chamados para compor o Centro de Informações do Exterior, primeira agência vinculada ao Sistema Nacional de Informação (SNI), que era um dos órgãos-chave do aparato de repressão política do regime. (Correio Braziliense - 24/04/13)

15- General brasileiro comandará missão de paz da ONU na República Democrática do Congo

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general de divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz irá comandar as tropas da Organização das Nações Unidas (ONU) que atuam na República Democrática do Congo. Santos Cruz comandou o efetivo militar da missão de paz da ONU no Haiti entre 2007 e 2009 e desde 2012 está na reserva do Exército Brasileiro. Conforme requisição da ONU, o general brasileiro irá liderar no Congo cerca de 20 mil soldados de 20 países. De acordo com *O Estado*, o Brasil não possui tropas na missão que tenta conter a violência no Congo. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 25/04/13)

16- Lei que permite alterar nomes de autoridades do regime militar de ruas é sancionada em São Paulo

Conforme publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, foi sancionada pelo prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad, no dia 24/04/13, uma lei que permite que residentes de vias públicas com nomes de autoridades e políticos associados a violações aos direitos humanos solicitem, mediante abaixo assinado, alteração de nomenclatura. Segundo o vereador Orlando Silva, do Partido Comunista do Brasil (PC do B), um dos autores da lei, existem várias ruas em São Paulo que possuem nomes ligados ao regime militar (1964-1985), como o Elevado Costa e Silva e a rua Sérgio Fleury, e que vários moradores desejam a alteração. A lei atual permite a modificação da nomenclatura de uma via pública quando existe logradouro de mesmo nome ou quando expõe seus moradores a constrangimentos. De acordo com o jornal, a Câmara Municipal de São Paulo também deve aprovar um projeto de lei que prevê a proibição de qualquer nomeação de via pública utilizando nomes de autoridades que colaboraram com o regime militar. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 25/04/13)

17- Ex-agente acusa Folha de ter colaborado com a repressão

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-delegado da Polícia Civil e ex-integrante do Serviço Nacional de Informações (SNI), Cláudio Guerra, acusou a *Folha* de ter colaborado com a repressão no regime militar (1964-1985). Guerra afirmou que o falecido publisher da *Folha*, Octavio Frias de Oliveira, visitou frequentemente as dependências do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo durante o regime, além de ter sido “amigo pessoal” do delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos mais ativos agentes da repressão. Em depoimento ao vereador Gilberto Natalini, presidente da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, Guerra afirmou ainda que a *Folha* ajudou a financiar órgãos de repressão da época. Entretanto, a direção do jornal nega ter colaborado com a repressão política e refuta a ideia de que Frias mantinha relações com o delegado Fleury. (Folha de S. Paulo – Poder – 25/04/13)

18- Desaparecido político terá sua ficha de dispensa retificada

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, por determinação do estado de São Paulo e a pedido da Comissão Estadual da Verdade, a ficha de dispensa do desaparecido político Fernando Santa Cruz (1948-1974) junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) será alterada de dispensa por “abandono de emprego” para “extinção do contrato de trabalho por morte”. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/04/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais).